

Relatório de Gestão da *Secretaria de Política Agrícola*

Exercício de referência: 2008

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	3
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS	4
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS: PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	4
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2.3. PROGRAMAS	9
2.3.1 Programa 0360 – Gestão da Política Agropecuária	9
2.3.2 Programa 0365 – Minimização de Riscos no Agronegócio	21
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	35
2.4.1 Apoio à Comercialização e ao Abastecimento Agrícolas	35
2.4.2 Participação em Foros e Estudos Promovidos por Organismos Internacionais	38
2.4.3 Acompanhamento da Aplicação de Recursos do Crédito Rural	39
2.4.4 Evolução dos gastos gerais	42
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITO OU RECURSOS	43
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43
5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO	44
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	45
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETO OU PROGRAMA FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	45
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	45
9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA	45
10. OPERAÇÃO DE FUNDOS	45
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO	46
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	46
13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	47
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	48
15. DISPENSA DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO	48
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	48
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	50
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU POR GRUPOS DE UNIDADES AFINS	50



1. Identificação

Dados Indicadores da Unidade Jurisdicionada

- Nome completo da unidade e sigla : **Secretaria de Política Agrícola – SPA**
- CNPJ: **00.396.895/0068-32**
- Natureza Jurídica: **Órgão da Administração Direta do Poder Executivo**
- Vinculação ministerial: **Subordinada diretamente ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
- Endereço: **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
Esplanada dos Ministérios Bloco "D" 5º andar
Brasília-DF – CEP 70043-900
Tel (61) 3218-2505 Fax (61) 3244-8414
- Endereço institucional na Internet: www.agricultura.gov.br
- Normas de Criação: **Lei nº. 8.028, de 12 de abril de 1990, alterada pela Lei nº 8.344, de 27 de dezembro de 1991**
- Norma que estabelece a estrutura orgânica: **Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.348, de 8 de janeiro de 2008, publicado no DOU de 9 de janeiro de 2008**
- Regimento Interno: **Portaria Nº 17, de 06 de janeiro de 2006, publicada no DOU de 09 de janeiro de 2006**
- Código da UJ titular do relatório: **420012**
- Código das UJs abrangidas: **não se aplica**
- Situação da unidade quanto ao funcionamento: **em funcionamento**
- Função de governo predominante: **Agricultura**
- Tipo de atividade: **Agricultura – formulação e orientação na execução de política agrícola**
- Unidades gestoras utilizadas no SIAFI: **Secretaria de Política Agrícola - 420012**

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas

2.1. Responsabilidades institucionais: Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria de Política Agrícola (SPA) funciona essencialmente como núcleo estratégico na execução da política agrícola brasileira formulando e orientando políticas públicas para o setor rural. Assumindo essa missão, a SPA assessora o ministro e outros órgãos do Governo no que concerne à política agrícola, além de representar os interesses do País em foros internacionais que se relacionam à sua área de atuação.

Entre as principais incumbências da SPA, destaca-se a de formular as diretrizes de ação governamental para a política agrícola e segurança alimentar. Nesta Secretaria, proposições e atos regulamentares de ação governamental para o setor agropecuário também são formulados e analisados. É atribuição da SPA supervisionar a elaboração e aplicação dos mecanismos de intervenção governamental referentes à comercialização e ao abastecimento agropecuário. Também compete a esta Secretaria elaborar estudos, diagnósticos e avaliações sobre os impactos da política econômica sobre o sistema produtivo agropecuário, o seguro rural e o zoneamento agropecuário. A SPA administra o sistema de informação agrícola, identifica prioridades, dimensiona e propõe o direcionamento dos recursos para custeio, investimento e comercialização agropecuária, inclusive dos orçamentários, no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Ela assume a responsabilidade de prover os serviços de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), da Comissão Especial de Recursos (CER) e do Comitê Gestor do Seguro Rural (CGSR).

Compete ainda à SPA participar, em articulação com os demais órgãos do Ministério, de discussões sobre os temas de política comercial externa que abrangem produtos do setor agropecuário e seus insumos. Atendendo a demandas técnicas específicas, auxilia o Ministro da Agricultura na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério; subsidia a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e exerce outras atribuições que lhe forem submetidas pelo Ministro de Estado.

Em suas funções internas, a Secretaria promove a implantação dos sistemas de gerenciamento de suas atividades e atualiza o Portal do Mapa com informações técnico-operacionais e estratégicas que concernem às políticas agrícolas do Governo brasileiro. Apresenta propostas e acompanha a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos.



2.2 Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

As medidas do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) previstas para 2007/2008 foram reforçadas, em 2008, com ações robustas que aumentaram mais ainda o crédito, intensificaram o apoio à comercialização de vários produtos e favoreceram um crescimento inédito das contratações de apólices de seguro rural.

Aumentar a oferta e diminuir os custos do crédito para a produção foi o grande diferencial da Política Agrícola em 2008. O Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 elevou a oferta de crédito oficial para R\$ 78 bilhões, dos quais R\$ 65 bilhões destinados à agricultura empresarial, o que representou um acréscimo de 12% em relação aos recursos programado na safra 2007/2008, que foi de R\$ 58 bilhões. A agricultura familiar foi contemplada com R\$ 13 bilhões, representando um incremento de 8,3% em relação à safra anterior, cujo valor foi R\$ 12 bilhões.

Para a safra 2008/2009, os recursos programados para custeio e comercialização a taxas de juros controladas foram acrescidos em quase 20%, passando de R\$ 37,85 bilhões (safra 2007/08) para R\$ 45,4 bilhões. Os limites de financiamento também observaram aumento na temporada 2008/09. Entre as principais medidas para o investimento, nesta safra, vale destacar o aumento do volume de recursos programados, de R\$ 8,9 bilhões para R\$ 10,0 bilhões; a elevação do limite de crédito por beneficiário e a criação de um programa de investimento, com recursos previstos de R\$ 1,0 bilhão, para estimular a agropecuária sustentável.

Entre julho e dezembro de 2008, a aplicação do crédito rural alcançou R\$ 34,23 bilhões, aumentando em 9,3% o volume de recursos do mesmo período da safra anterior para a agricultura empresarial. Mesmo diante da crise financeira, o Mapa deu aos produtores condições para plantar, desembolsando R\$ 28,9 bilhões para o custeio e comercialização. Apenas para o custeio, o aumento foi de 4% em relação ao mesmo período da safra passada. A juros controlados, foram aplicados R\$ 24,14 bilhões, com aumento de 7%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para fins de investimento, foram aplicados mais de R\$ 5,3 bilhões no segundo semestre de 2008, o que equivale a mais da metade dos recursos previstos para esta safra. No ano anterior, o desembolso no semestre foi de R\$ 3,5 bilhões. Os depósitos à vista e a poupança rural continuam sendo as principais fontes de recursos para o custeio e a comercialização, a taxas controladas, que são mais baixas. Para a poupança rural foram aplicados R\$ 8,6 bilhões contra R\$ 4,6 bilhões na primeira metade da safra do ano passado, aumentando em 87,7% a aplicação na safra atual.

A elevação, no final de 2008, de 25% para 30% do direcionamento dos recursos de depósitos à vista que serão emprestados para o financiamento agrícola foi mais uma medida para reforçar as metas do PAP, garantindo liquidez no cenário da crise financeira internacional. O Governo, sob indicação da equipe de política agrícola do Mapa, complementou essa medida elevando a exigibilidade da poupança rural de 65% para 70%, para melhorar a oferta de recursos, compensando o recuo da iniciativa privada no momento mais crítico da crise.



Outro incremento de recursos envolveu os fundos constitucionais, uma importante fonte para a agropecuária nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Entre julho e dezembro de 2008, foram liberados R\$ 2,96 bilhões provenientes dos fundos constitucionais, 92% a mais em relação ao mesmo período de 2007.

Em 2009, serão intensificados esforços para apoiar o setor, com incremento da oferta de recursos do sistema oficial de crédito rural, a ampliação da utilização de instrumentos privados de crédito, uma maior garantia de recursos para a subvenção ao Prêmio do Seguro Rural e o apoio à comercialização antes e após plantio.

Especificamente no apoio à comercialização, a SPA segue trazendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e permitindo maior atração dos recursos privados. O orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC) para aquisições, despesas e equalização de preços agrícolas para o ano de 2008 foi de R\$ 3,9 bilhões. Desse total, R\$ 2,6 bilhões estavam destinados para Aquisição do Governo Federal (AGF), inclusive oferta de contratos de opção e R\$ 1,3 bilhão para equalização de preços agrícolas. A receita com a venda dos estoques públicos atingiu R\$ 803 milhões. Os mecanismos de aquisição de produtos e de equalização de preços totalizaram, em 2008, a comercialização de 5,67 milhões de toneladas de grãos e fibras (algodão, milho, sisal, trigo e vinho vinífera), num total de R\$ 1,8 bilhão de recursos aplicados.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, desenvolveu pesquisas visando definir os parâmetros, atividades e insumos modais utilizados para estabelecer os custos de produção e preços mínimos de produtos da sociobiodiversidade, objetivando nortear a atuação do Governo Federal no apoio à comercialização de açaí, andiroba, babaçu, buriti, carnaúba, castanha do Brasil, copaíba, pequi, piaçava e seringa. Com os novos preços mínimos e as regras de comercialização será possível estabelecer o montante de recursos a serem alocados pelo Governo para apoio aos processos de produção e comercialização, de modo a manter o equilíbrio econômico e permitir remuneração justa aos produtores.

Na gestão do risco rural a SPA obteve resultados excepcionais, tanto no crescimento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) quanto no fortalecimento e a maior difusão dos estudos de zoneamento agrícola de risco climático.

Com a aprovação da Lei 10.823/2003, o Governo Federal foi autorizado a conceder subvenção para o pagamento de parte do prêmio do seguro rural contratado pelo produtor. Com o PSR, o seguro rural tem se tornado mais acessível ao agricultor brasileiro. As adesões ao seguro rural subvencionado quase dobraram em 2008. O número de contratos firmados aumentou de 31,6 mil para 60,1 mil, em relação a 2007. O valor segurado triplicou, no mesmo período, passando de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 7,2 bilhões. Esses números são resultado do incentivo concedido pelo Mapa, que destinou R\$ 157,5 milhões à subvenção em 2008. Esse valor é mais que o dobro do aplicado em 2007 e cinco vezes maior do que o investido em 2006. O programa permitiu que o número de produtores beneficiados pelo seguro passasse de 16,7 mil, em 2006, para 44 mil, em 2008. Desde que o programa começou a funcionar, em novembro de 2005, a área coberta pelo



seguro rural aumentou três vezes e alcançou 4,8 milhões de hectares em 2008 - mais de 7% do total da área plantada com culturas anuais e permanentes.

A adesão cada vez maior é resultado de uma política agrícola atenta à gestão do risco no setor, o que levou o Ministério da Agricultura a garantir mais recursos para o programa. Para 2009 há uma demanda estimada em R\$ 272 milhões para o Programa de Subvenção.

A subvenção na modalidade agrícola varia de 40% a 70% do valor do prêmio do seguro, limitada a R\$ 96 mil por produtor rural a cada ano civil. Para pecuária, florestas e aquicultura, o percentual de subvenção é de 30% do valor do prêmio, limitado a R\$ 32 mil por ano.

O seguro agrícola cobre principalmente perdas decorrentes de adversidades climáticas. Já a modalidade para pecuária cobre morte de animais destinados ao consumo, reprodução, cria, recria, engorda e trabalho por tração. Morte e outros riscos de animais aquáticos são cobertos pelo seguro aquícola.

Para operar a subvenção na modalidade aquícola, foi credenciada em 2008 a primeira empresa que vai oferecer seguro para a aquicultura. Com isso, os produtores aquícolas brasileiros já dispõem de cobertura securitária para sua atividade.

O seguro rural na modalidade aquícola propicia ao criador de peixes e frutos do mar a garantia necessária para continuar na atividade em caso de sinistros que comprometam a produção. Essa nova modalidade funciona da mesma forma que as demais modalidades de seguro rural agrícola, pecuário e de florestas, respondendo a especificidades da produção e espécies criadas em cativeiro. Trata-se de mais uma maneira de garantir melhores condições de produção. É emblemático o caso dos produtores de ostras e mexilhões em Santa Catarina, que tiveram, muitos deles, prejuízos com a maré vermelha. Agora podem contar com cobertura securitária subvencionada pelo Mapa.

Assim como os produtores de grãos e frutas, pecuaristas e silvicultores que já contam com seguro rural subvencionado pelo governo, também os produtores que atuam nos setores da maricultura (ostras, mexilhões), da carcinicultura (camarões) e da piscicultura (peixes do mar e de águas territoriais) poderão se beneficiar da subvenção ao prêmio.

Para 2009 está prevista a expansão do programa, que aumentou a quantidade de culturas beneficiadas, passando de 45 para 76. O Mapa também elevou os percentuais de subvenção de alguns produtos, como trigo, milho (segunda safra) e feijão que passaram de 60% para 70%, maçã e uva de 50% para 60%, culturas de grãos de inverno de 50% para 60% e culturas de clima temperado de 40% para 60%. A previsão de se alocar em 2009, recursos da ordem de R\$ 272 milhões para a subvenção ao prêmio do seguro rural representa um incremento de 68,75% sobre o valor de 2008.

Em 2008 foi encaminhado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei Complementar que tem por objetivo a instituição de um fundo de catástrofe que ofereça cobertura suplementar para os sinistros decorrentes de eventos climáticos considerados catastróficos, o que dará mais conforto às seguradoras e resseguradoras para ampliarem a oferta de seguro rural no País, principalmente naquelas regiões de clima mais instável.



Também faz parte das atribuições da SPA – e especificamente do Departamento de Gestão de Risco Rural o Zoneamento Agropecuário de Risco Climático, estudo que indica as épocas mais adequadas de plantio para as principais culturas, de forma a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos nas fases mais sensíveis das lavouras. Em 2007 foram efetuados 261 estudos contemplando 23 culturas em 22 estados. Em 2008 o número de estudos publicados continuou aumentando. Atualmente, os estudos de zoneamentos agrícolas de risco climático já contemplam um total de 25 culturas, alcançando 23 Unidades da Federação. Até o final de 2008, cerca de 300 portarias de zoneamentos agrícolas foram publicadas. Para 2009, a perspectiva é de que haja um incremento ainda mais importante no total de zoneamentos, com a incorporação de estudos relativos a mais culturas.

Entre as prioridades estabelecidas anteriormente e que ainda estavam pendentes na safra 2007-2008, a questão do endividamento agrícola avançou em 2008 com a Medida Provisória 432 (de 27 de maio de 2008), que instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, entre outras providências. Em setembro de 2008 a MP foi convertida na lei Nº 11.775 (17/09/2008), favorecendo o processo de renegociação.

Outra ação importante da SPA diz respeito à sua intervenção nas decisões tomadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) no tocante ao CONVÊNIO ICMS 100/97, que trata da redução em 60% a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais de vários produtos agrícolas, como agroquímicos, sementes e produtos veterinários, e em 30% na base de cálculo para farelos, tortas de soja e canola, além do milho para a alimentação animal. Representando o Mapa nas discussões da Câmara Temática de Insumos Agropecuários, que levou propostas à Confaz, a SPA teve papel fundamental para que esse convênio fosse prorrogado para 31/07/2009.

Algumas ações ainda estão pendentes, como as deficiências de infra-estrutura, que constituem uma das principais restrições à expansão dos investimentos agropecuários e à aceleração do crescimento da economia. Mesmo com o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a questão não foi priorizada. Apesar dos esforços, o MAPA não conseguiu viabilizar junto aos demais agentes do Governo Federal a eliminação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) incidente no transporte de cabotagem e nas importações de insumos e produtos agropecuários. Também não conseguiu estender a navegação de cabotagem brasileira aos navios com bandeira estrangeira, o que aumentaria a oferta de navios, reduzindo os custos. Atualmente, somente navios com bandeira brasileira podem fazer esse transporte.

A elevada dependência de importação de fertilizantes (75% da demanda interna é importada) e a concentração da produção interna continuam sendo desafios enfrentados também nessa safra. Na safra passada ainda persistia a morosidade no processo de registro de defensivos agrícolas. Por isso, em 2008 a SPA participou ativamente de discussões visando trazer soluções rápidas nesse sentido. Uma das instâncias que se debruça sobre o tema é a Subcomissão especial da Câmara de Deputados para diagnosticar e seguir políticas para o mercado de fertilizantes no País. Visando definir soluções para o problema da dependência, representantes da SPA também participaram ao longo de 2008 de reuniões com associações desse setor.



2.3 Programas

A Secretaria de Política Agrícola foi responsável pela gerência de 2 programas no ano de 2008: Gestão da Política Agropecuária e Minimização de Risco no Agronegócio.

2.3.1 Programa 0360 – Gestão da Política Agropecuária

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando à garantia de abastecimento, à sustentação da renda e à competitividade do agronegócio brasileiro
Objetivos específicos	Não definido
Gerente do programa	Edilson Guimarães
Gerente executivo	José Maria dos Anjos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	José Maria dos Anjos
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none">- Grau de Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Operacional- Índice de Capacitação em Competências- Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA- Taxa de Melhoria dos Processos-chave de Trabalho
Público-alvo (beneficiários)	Governo Federal



2.3.1.1 Principais Ações do Programa

Ação	Unidade Responsável
01. Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária	SPA
02. Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras (NA e RAP 2007)	CONAB
03. PUP - Publicidade de Utilidade Pública	GM
04. Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio (NA e RAP 2007)	SE
05. Implantação do Processo de Gestão Estratégica Orientado ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (NA e RAP 2007)	GM
06. Implantação do Projeto de Melhoria da Infra-estrutura da Sede do MAPA	SE
07. Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias (NA e RAP 2007)	SE
08. Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (NA e RAP 2007)	SE/MAPA
	EMBRAPA
	CONAB
09. GAP - Gestão e Administração do Programa (NA e RAP 2007)	SPA
10. Reestruturação e Modernização da Defesa Agropecuária (NA e RAP 2007)	SDA
11. RAP 2007 - Capacitação de Negociadores em Comércio Exterior e Formuladores da Política Agrícola	SRI
12. RAP 2007 - Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio	SRI
13. RAP 2007 - Promoção de Exposições e Feiras Agropecuárias	GM

Em relação a este programa, a Secretaria foi responsável pela execução das ações *Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agrícola e Gestão e Administração do Programa*.



2.3.1.1.1 Ação 20.605.0360.200E – Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Viabilizar as ações de política agrícola no apoio à agropecuária e ao agronegócio
Descrição	Gestão, normatização, acompanhamento e aperfeiçoamento constante do crédito rural; criação e estímulos à implementação e emprego de instrumentos de captação de recursos junto ao mercado financeiro, para aplicação privada e voluntária no agronegócio; acompanhamento do mercado de insumos da agropecuária; acompanhamento da conjuntura das diversas cadeias do agronegócio; desenvolvimento e aplicação de medidas de políticas agrícolas, que logrem estabilizar a renda da agropecuária e assegurar o suprimento de produtos da agropecuária para o mercado consumidor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Política Agrícola
Coordenador nacional da ação	Sávio Rafael Pereira
Unidades executoras	Secretaria de Política Agrícola
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Oleaginosas e Fibras / Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica



Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação

Proposta da SPA	R\$ 200.000,00
LOA	R\$ 200.000,00
Limite SIOR	R\$ 55.516,84
Descentralizado para SPA	R\$ 55.516,84

Resultados

Foram disponibilizados à Secretaria de Política Agrícola o valor de **R\$ 55.516,84** para atender as despesas da ação.

Do total dos recursos, R\$ **17.929,08** foram descentralizados à Coordenação-Geral de Execução Financeira - CGEF/SPOA, para atender despesas com a contratação de um ponto do Sistema CMA Agrícola Advanced, processo 21000.000738/2008-11. Nessa mesma finalidade foram gastos **R\$ 2.769,44** para atender as despesas do processo 21000.011748/2006-10. O serviço consiste na prestação de cotações, gráficos e informativos do mercado agrícola, tanto interno quanto externo, contemplando inclusive fechamento de bolsas internacionais, informações de embarques de produtos agrícolas, informações de esmagamento de soja, cotações de fretes rodoviários, notícias das demandas dos setores produtivos, etc. Tais informações resultam não somente no acompanhamento dos diversos mercados e assuntos, mas também na formulação, orientação e aplicação dos instrumentos governamentais de políticas agrícolas, além daqueles de intervenção, referentes ao abastecimento agropecuário das diversas cadeias produtivas, incluindo a proposição de diretrizes para a manutenção de estoques públicos. As informações são utilizadas pelos coordenadores, diretores e secretário de Política Agrícola, para municiamento do Sr. Ministro, de modo a permitir a tomada de decisões nas questões referentes às atribuições do MAPA.

Em 2008 foram realizados seis encontros técnicos, em regiões distintas, que tomaram forma de mesas-redondas, com o objetivo de avaliar o cenário atual das cadeias produtivas, seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, além de buscar subsídios para a formulação de políticas agrícolas específicas para o segmento e apresentar possíveis cenários futuros de mercado, foram elas:

- Perspectivas para a Soja no novo cenário de preços internacionais na "Fenasoja" (Feira Nacional da Soja) em Santa Rosa-RS;
- Perspectivas para a Fruticultura tropical no novo cenário mundial na "Fenagri" (Feira Nacional da Agricultura Irrigada) em Petrolina-PE;
- Perspectivas para a Fruticultura tropical no novo cenário mundial na "Frutal" (Instituto de desenvolvimento da Fruticultura e Agroindústria) em Fortaleza-CE;
- Perspectivas para a Ovinocultura no novo cenário mundial na "Expointer" (Exposição Internacionais de animais e máquinas agrícolas) Esteio-RS;
- Perspectivas para o Trigo no novo cenário mundial na "Expointer" (Exposição Internacionais de Animais e Máquinas Agrícolas) - Esteio-RS;



- Perspectivas para a Ovinocultura no novo cenário mundial no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) Brasília-DF.

Nesses eventos, que tiveram média de público de 97 pessoas, a receptividade foi grande. Os participantes receberam pastas institucionais contendo o Plano Agrícola e Pecuário, folder com dados do setor, bloco de notas e ficha de inscrição. O público contou com a presença de técnicos do MAPA, especializados no assunto, para palestrar e debater, entre outros palestrantes de renome na área, gerando uma discussão muito benéfica para toda cadeia produtiva.

Com exceção da mesa redonda realizada na Frutal (Fortaleza), para realização dos demais encontros utilizou-se recursos da ação Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária e da ação Gestão e Administração do Programa.

Da da ação Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária foram gastos **R\$ 4.423,36**. Em se tratando de infra-estrutura para a realização dos encontros foram usados os estandes do MAPA e os auditórios foram cedidos. As despesas com a infra-estrutura dos eventos foram, portanto, mínimas, pois todas as feiras demonstraram interesse em ter um evento do Mapa em seus programas.

<i>Evento</i>	<i>Valor Gasto</i>	<i>Pessoas Presentes</i>	<i>SFA Responsável</i>
Perspectivas para a Soja no novo cenário de preços internacionais	R\$ 1.058,00	78	SFA/RS
Perspectivas para a Fruticultura tropical no novo cenário mundial	R\$ 558,48 Fenagri	100 98	SFA/PE
Perspectivas para a Ovinocultura e para o Trigo no novo cenário mundial	R\$ 1.806,88 Expointer	210	SFA/RS
Elaboração de folder sobre Perspectivas para a Ovinocultura no novo cenário mundial	R\$ 1.000,00	-	Descentralizado para CGEF
TOTAL	R\$ 4.423,36	486	

As parcerias com as feiras agropecuárias foram de extrema valia por tratar-se de uma discussão pela qual os organizadores demonstraram grande interesse, além de cumprir a meta de, com baixos custos, levar a esse público informação e um canal efetivo de debate. Os valores pagos pelos eventos foram descentralizados para a Superintendência Federal de Agricultura do local onde as mesas redondas foram realizadas. Para planejamento, organização e realização desses encontros foi necessário o apoio da Assessoria de Comunicação do Mapa, da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas e dos servidores; Sávio Rafael Pereira; Andréa Christina Guirro de Oliveira; Iara Viveiros Lima.

Com o recurso desta ação foi organizado um seminário para a capacitação dos servidores da Secretaria de Política Agrícola: "A Secretaria de Política Agrícola: atuação e perspectivas". Para atender as despesas do evento foi descentralizado à Coordenação-Geral de Execução Financeira (CGEF) o valor de **R\$ 23.500,21**.

Pretendeu-se com esse evento levar aos servidores da SPA um dia de capacitação e integração, em busca do nivelamento de informações e divulgação das atividades realizadas em cada um dos departamentos da Secretaria. Foram realizadas 3 palestras, uma sobre o ambiente institucional e organizacional da Secretaria, outra sobre o cenário econômico atual e sua relação com as atividades da Secretaria, visando à inserção coerente dos trabalhos realizados com o momento econômico, e uma palestra motivacional. Por fim, a integração de todos através de dinâmicas de grupo.

Do total despedido com o evento, R\$ 15.500,21 foi destinado ao pagamento da estrutura: local (espaço de eventos da Academia de Tênis), material de apoio, pessoal, *brunch*, *coffee break*; e R\$ 8.000,00 para pagamento de palestrante responsável pela palestra motivacional, menor valor cotado entre palestrantes de renome. A Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas apoiou tecnicamente a contratação do palestrante e emitiu certificados para os participantes e a Assessoria de Comunicação Social coordenou o evento.

O detalhamento das execuções financeiras referentes a essas descentralizações constarão dos relatórios das respectivas unidades competentes.

Metas e Resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	55.516,84	48.622,09	87,5%
Física	10	9	90%



2.3.1.1.2 Ação 20.122.0360.2272 – Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Política Agrícola
Coordenador nacional da ação	Manoel Rodrigues dos Santos Junior
Unidades executoras	Secretaria de Política Agrícola
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Chefia de Gabinete
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica



Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação

Proposta da SPA	R\$ 4.341.747,00
LOA	R\$ 3.517.398,00
Limite SIOR	R\$ 1.752.699,71
Descentralizado para SPA	R\$ 1.752.699,71

Resultados

Em 2008, foi disponibilizado para esta ação o valor de **R\$ 1.554.894,98** na categoria econômica custeio e **R\$ 197.804,73** na categoria econômica investimento, totalizando **R\$ 1.752.699,71**, com a finalidade de se pagar despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Com os recursos desta ação são atendidas despesas relacionadas a serviços administrativos; aquisição de material permanente; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

A ação não apresenta indicador de desempenho, por não ser de caráter finalístico. Nela estão inseridos os dispêndios decorrentes das atividades meio necessários ao desenvolvimento do programa. Algumas dessas despesas são realizadas diretamente pela Secretaria e outras por meio de descentralização de recursos a diferentes Unidades Gestoras e Unidades Orçamentárias.

Dos recursos disponíveis, **R\$ 461.194,18** foram empenhados para que a Secretaria de Política Agrícola pudesse realizar suas atividades. Do restante, **R\$ 457.819,37** foi descentralizado a outras unidades gestoras e **R\$ 741.259,00** foi objeto de destaque a outras unidades orçamentárias.

Recursos aplicados diretamente pela SPA (R\$)

<i>Item de Gasto</i>	<i>Despesas pagas</i>	<i>Inscritos em RP</i>	<i>Total</i>
Diárias*	142.564,70	0,00	142.564,70
Material de consumo (cartão corporativo)	1.804,84	0,00	1.804,84
Passagens*	269.843,95	0,00	269.843,95
Outros serviços terceiros – pessoa física	1.395,04	0,00	1.395,04
Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	11.854,97	30.245,03	42.100,00
Despesas de exercícios anteriores	1.277,45	0,00	1.277,45
Indenizações / Restituições	2.208,20	0,00	2.208,20
Total de despesas correntes	430.949,15	30.245,03	461.194,18

* As viagens iniciadas em finais de semana e feriados foram concedidas mediante justificativa.



Em 2008 foram realizadas 260 ordens de serviços para atender as necessidades do programa:

- 189 deslocamentos no País de servidores lotados na SPA,
- 22 deslocamentos ao exterior de servidores lotados na SPA,
- 5 deslocamentos de colaborador eventual,
- 3 deslocamentos de servidores de outras unidades,
- 6 deslocamentos de servidores de outros órgãos,
- 24 ordens de serviço canceladas,
- 11 deslocamentos sem ônus.

No que concerne às viagens nacionais, os servidores da Secretaria participaram de eventos relevantes para a Política Agrícola brasileira e para o Agronegócio nacional, proferiram palestras, participaram de reuniões com produtores agrícolas, representantes do setor produtivo e membros de entidades públicas e privadas.

Foram também custeadas viagens de colaboradores eventuais convidados para participar de mesas redondas promovidas pela Secretaria. A bagagem técnica e o conhecimento específico dos colaboradores eventuais, convidados pela Secretaria de Política Agrícola, possibilitaram uma rica troca de experiências com os demais participantes da Mesa-redonda e com o público presente. Vale ressaltar que para a organização das mesas redondas foram utilizados recursos desta ação e recursos da ação Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária.

Em relação às viagens internacionais, os servidores da Secretaria participaram de reuniões da Rede de Cooperação para a Análise das Políticas Agropecuárias nos Países do MERCOSUL, Bolívia e Chile (REDPA) e do Conselho Agropecuário do Sul (CAS); das reuniões ordinárias do Comitê de Agricultura e do Fórum Mundial sobre Agricultura, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); das reuniões do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC); das reuniões do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); e, no X Congresso da Associação Latino Americana de Seguros Agrários (ALASA).

O Diretor do Departamento de Economia Agrícola participou de Missão Técnica promovida pela Confederação Nacional de Agricultura aos Estados Unidos e Canadá. O tema da missão foi Biotecnologia e Inovações Tecnológicas. Foram realizadas visitas à empresa de ponta, universidades, feiras voltadas para o agronegócio, associações de produtores e propriedades rurais.

Vale ressaltar a participação do Secretário de Política Agrícola como palestrante do *Agricultural Outlook 2008* (evento promovido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos em Washington) e do *Foro Global Agroalimentario 2008* (realizado na Cidade do México), e a participação do Coordenador-Geral de Análises Econômicas na 2ª Reunião do Comitê Consultivo Agrícola (CCA) Brasil/Canadá (realizado em Ottawa/Canadá). Essas participações se revestem de fundamental importância para a promoção da política agrícola brasileira.

Por meio de cartão coporativo foram adquiridos materiais que não se encontravam disponíveis no Almoxarifado Central do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:



- 4 pen drive Kingston USB 4GB
- 2 porta banner
- 2 vidros térmicos para garrafa de café
- 2 porta cartões
- 2 pacotes de capa de PVC Polibras para encadernação
- 3 caixas de etiqueta
- 1 grampeador para 100 folhas
- 5 pastas de ferragem de 2 argolas A4
- 5 separadores com 10 posições
- 3 cartucho 6615 para impressora HP 810
- 1 mouse
- 4 cartuchos 49 para impressora HP serie 600
- 2 conversores 30 volts para impressora HP
- 2 pacotes capas de encadernação
- 7 pacotes de espiral plástico
- 1 pacote de pasta em L
- 1 caixa de polaseal A4

O valor gasto na rubrica outros serviços terceiros, pessoa jurídica, foi utilizado para o pagamento de telefonia fixa e móvel e para pagamento de empresa especializada em treinamento intensivo de inglês. A empresa em questão foi contratada para dar treinamento ao Secretário de Política Agrícola, tendo em vista a preparação do mesmo para proferir a palestra no Agricultural Outlook 2008. O valor inscrito em restos a pagar se destina ao pagamento de faturas telefônicas.

Em relação às despesas de exercícios anteriores, o valor foi destinado ao pagamento de faturas telefônicas.

Vale ressaltar que, a partir de julho de 2008, todas as faturas de telefonias passaram a ser pagas pela Coordenação-Geral de Execução Financeira por determinação da Secretaria-Executiva, no entanto os recursos destinados ao pagamento eram originados do PI GAPSPA.

Em relação à rubrica indenizações / restituições, os valores foram utilizados para o ressarcimento despesas com inscrições em eventos de interesse da Secretaria e ressarcimento a pagamentos efetuados por servidores para atender despesas de serviços de embarque.

Visto que se trata de uma ação meio, considerações mais relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão dessa ação serão abordadas no item 2.4 desse relatório. Trata-se de resultados alcançados pela Secretaria que não implicaram diretamente em gastos adicionais de recursos, mas que tiveram o seu desenvolvimento em benefício desta SPA.



Recursos descentralizados a outras UG's (R\$)

<i>Item de Gasto</i>	<i>Total</i>	<i>UG</i>
Outros serviços terceiros – pessoa física (estagiários)	28.461,07	CGEF
Locação de mão-de-obra	231.319,32	CGEF
Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	93.054,25	CGEF
Indenizações / restituições	250,00	CGEF
Transferência intra orçamentária - fundos	100,00	CGEF
Equipamento /material permanente	104.634,73	CGEF
<i>Total de despesas correntes</i>	<i>353.184,64</i>	
<i>Total de despesas de capital</i>	<i>104.634,73</i>	
Total	457.819,37	CGEF

O volume de recursos descentralizado à Coordenação-Geral de Execução Financeira (CGEF/SPOA) teve como finalidade:

- promover o programa de estágio supervisionado no ambiente de trabalho da Secretaria de Política Agrícola, com o objetivo de preparar estudantes de nível superior e médio para o trabalho produtivo;
- realizar o pagamento de terceirizados que prestam serviços de apoio às atividades finalísticas da Secretaria de Política Agrícola;
- atender as despesas com serviços de tradução;
- atender despesas com serviços de organização de eventos de interesse da Secretaria de Política Agrícola;
- promover capacitação e desenvolvimentos das secretárias;
- realizar o pagamento de despesas de telefonia (que a partir do mês de julho de 2008 passou a ser paga pela CGEF, com recursos do GAPSPA);
- ressarcir e pagar taxa de inscrição em Congressos;
- adquirir equipamentos e material permanente visando à melhoria e modernização do ambiente de trabalho.

O detalhamento das execuções financeiras referentes a essas descentralizações e os correspondentes resultados obtidos constarão dos relatórios das respectivas unidades competentes (CGEF).

Recursos descentralizados a outras UO's (R\$)

<i>Item de Gasto</i>	<i>Total</i>	<i>UG</i>
Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	165.059,00	EMBRAPA
Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	540.000,00	CONAB
Equipamento e material permanente	36.200,00	CONAB
<i>Total de despesas correntes</i>	<i>705.059,00</i>	
<i>Total de despesas de capital</i>	<i>36.200,00</i>	
Total	741.259,00	



Dentre os recursos, objeto de destaque a outras Unidades Orçamentárias, no exercício de 2008, destaca-se a importância de R\$ 165.059,00 à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e R\$ 576.200,00 à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), dos quais R\$ 36.200,00 sob a rubrica de investimento.

O recurso destinado à Embrapa foi utilizado para edição e publicação das quatro edições da Revista de Política Agrícola. A Revista de Política Agrícola (RPA) vem sendo publicada desde 1992, com o objetivo de ampliar o debate sobre a política agrícola brasileira e divulgar matérias relativas à execução dessas políticas. Durante os 16 anos de publicação, a RPA revelou-se parte ativa e influente no agronegócio brasileiro. As matérias sobre políticas de crédito, produção, metodologias de avaliação de preços colaboraram para o setor se tornar mais eficiente e competitivo. Atualmente, a RPA tem uma tiragem trimestral de 7 mil exemplares impressos. Além da revista impressa, a revista eletrônica é publicada no Portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e no da Embrapa. Com objetivo de documentação e memória é gravado um CD rom das 4 edições anuais.

O valor disponibilizado à Conab teve a finalidade de atender ao Plano de Trabalho firmado entre este Ministério e aquela empresa, com o objetivo de fiscalizar as operações subvencionadas em 2008 pelo Programa de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - PSR. Tal descentralização se fez necessária, dada a recusa pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da criação de uma Ação específica para esse fim no Programa Minimização de Riscos no Agronegócio.

A fiscalização das operações de subvenção realizadas em um quadrimestre do ano civil será realizada no decorrer do respectivo quadrimestre subsequente. O Plano de Trabalho de 2008 prevê a fiscalização de 1.800 apólices subvencionadas e a aquisição de equipamentos e material permanente para execução dessas atividades. Até o presente momento, foram fiscalizadas 30 apólices beneficiárias no 1º quadrimestre e 195 beneficiárias no 2º quadrimestre, restando ainda 1.575 que serão fiscalizadas no período de janeiro/2009 a abril/2009. É importante enfatizar que por uma questão de sazonalidade, a maioria das contratações se concentram nos últimos meses de cada ano, o que explica o acentuado número de apólices sorteadas no 3º quadrimestre.

O detalhamento das execuções financeiras referentes a esses destaques e os correspondentes resultados obtidos constarão dos relatórios das respectivas unidades competentes (Embrapa e Conab).

Metas e Resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	1.752.699,71	1.660.272,55*	94,7%
Física	Não há meta física		

* Valor inscrito em restos a pagar em 31/12/2008: R\$ 30.245,03

2.3.2 Programa 0365 – Minimização de Riscos no Agronegócio

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos
Objetivos específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Gerente do programa	Edilson Guimarães
Gerente executivo	Wellington Soares de Almeida
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Wellington Soares de Almeida
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none">- Percentual de Área Segurada- Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo- Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro- Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural
Público-alvo (beneficiários)	Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural



2.3.2.1 Principais Ações do Programa

<i>Ação</i>	<i>Unidade Responsável</i>
01. Zoneamento Agrícola (NA e RAP 2007)	SPA
02. Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003) (NA e RAP 2007)	SPA
03. Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros (NA e RAP 2007)	SPA
04. Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas (NA e RAP 2007)	INMET
05. Implantação da Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos (NA e RAP 2007)	INMET
06. Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos	INMET
06.01 Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos (EMENDA)	INMET
07. Gestão e Administração do Programa (NA e RAP 2007)	INMET
08. Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural	MF

Em relação a este programa, a Secretaria foi responsável pela execução de três ações: *Zonemaneto Agrícola*, *Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural* e *Julgamento de Recursos em Processos de Sinistro*.



2.3.2.1.1 Ação 20.601.0365.5290 – Zoneamento Agrícola

Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Reduzir os riscos climáticos na agricultura, diminuir perdas de safras, incrementar a produção e a produtividade agrícola, fortalecer e expandir o seguro rural e melhorar a aplicação do crédito rural.
Descrição	Identificação e dimensionamento dos riscos climáticos da atividade agrícola e o estabelecimento de épocas adequadas de plantio, com abrangência municipal, por espécie e cultivar, consoante suas características agronômicas e na capacidade de retenção hídrica dos solos de modo à minimização de tais riscos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Política Agrícola
Coordenador nacional da ação	Gustavo Bracale
Unidades executoras	Secretaria de Política Agrícola
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário / Departamento de Gestão de Risco Rural da Secretaria de Política
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica

Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação

Proposta da SPA	R\$ 8.000.000,00
LOA	R\$ 6.400.000,00
Limite SIOR	R\$ 6.400.000,00
Descentralizado para SPA	R\$ 6.400.000,00



Resultados

A ação tem como objetivo a minimização de perdas de safras agrícolas ocasionadas por eventos climáticos adversos, por meio da indicação de períodos de plantio por município, por cultura, correlacionados aos ciclos das cultivares e aos tipos de solos, visando diminuir as chances de adversidades climáticas coincidirem com as fases mais sensíveis das culturas.

O zoneamento agrícola de risco climático é um pacote tecnológico cuja observância é condicionante para o enquadramento das operações de custeio agrícola no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e no seguro da agricultura familiar, denominado PROAGRO MAIS. Além disso, é largamente utilizado pelos demais agricultores, agentes financeiros do crédito rural, entidades seguradoras, extensionistas rurais e pesquisadores, contribuindo para a orientação da aplicação do crédito agrícola e para o fortalecimento e expansão do seguro rural.

A execução, revisão anual e ajustes metodológicos dos zoneamentos agrícolas são processados por empresa especializada, que mantém em seu quadro de colaboradores uma equipe multidisciplinar de cerca de 50 especialistas. A ação conta ainda com o assessoramento técnico da EMBRAPA, que é responsável pelo desenvolvimento da metodologia utilizada.

Para a fiscalização, acompanhamento técnico da execução dos zoneamentos agrícolas, consolidação de informações técnicas sobre as cultivares e demais procedimentos administrativos para a publicação das portarias no DOU, essa Ação conta com 12 servidores em exercício na Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário do DEGER/SPA.

Os zoneamentos realizados, produtos dessa Ação, foram entregues mensalmente pela empresa executora à Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário/DEGER/SPA, conforme cronograma físico previsto em contrato. No exercício de 2008, os zoneamentos foram executados sob o amparo do contrato nº 22101/056/2007 de Zoneamento Agrícola do Brasil e de Termos Aditivos, firmados entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a empresa executora Agroconsult Ltda., cuja vigência estende-se até o ano 2012 e é decorrente do processo de licitação nº 21000.014578/2006-17, objeto da concorrência nº 1/2007.

O nível de realização da ação em 2008 atingiu 104,3% da meta física estabelecida, oportunidade em que foram executados 193 zoneamentos previstos em contrato. A meta foi superada em 8 estudos em função da incorporação de zoneamentos para o Estado do Acre, até então não disponibilizados e alterações na programação para o mês de dezembro de 2008. Atendendo critério adotado pelo MAPA de republicação de zoneamentos com indicativos já consolidados, foram editados mais 109 estudos da espécie, totalizando 302 portarias de zoneamentos publicadas no Diário Oficial da União, com ampla divulgação da matéria.

O valor comprometido com essa ação no exercício de 2008 foi de R\$ 6.398.471,13, integralmente utilizados no pagamento dos serviços executados pela Agroconsult.



Metas e Resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	6.400.000,00	6.398.471,13	99,9%
Física	185	193	104,3%



2.3.2.1.2 Ação 20.846.0365.099F – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei Nº 10.823, de 2003)

Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais.
Finalidade	Viabilizar aos produtores rurais a redução nos custos de contratação de seguro rural e ampliar o acesso a esse instrumento de gerenciamento de risco, buscando convergir o valor que o produtor pode pagar pela contratação do seguro com o preço do prêmio que o mercado segurador necessita para operar com equilíbrio atuarial.
Descrição	Pagamento de subvenção econômica correspondente à diferença entre o valor do prêmio do seguro rural e o valor pago pelos produtores rurais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
Unidade executora	Secretaria de Política Agrícola – SPA.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Gestão de Risco Rural – DEGER.
Coordenador nacional da ação	Eustáquio Mesquita de Sant'ana.

Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação

Proposta da SPA	R\$ 200.000.000,00
LOA	R\$ 160.000.000,00
Crédito Suplementar	R\$ 16.000.000,00
Limite SIOR	R\$ 176.000.000,00
Descentralizado para SPA	R\$ 159.417.492,64

Esta Ação tem por objetivo viabilizar o acesso do produtor rural ao benefício concedido pelo Governo no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, que consiste no pagamento pelo MAPA de parte do prêmio de seguro rural contratado pelo produtor nas modalidades agrícola, pecuária, de floresta e aquícola. As operações subvencionadas são fiscalizadas por preposto do MAPA, atualmente a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), por amostragem de, no mínimo, 2% do total de apólices contratadas.

O quadro 1, a seguir, contém os percentuais de subvenção, por modalidade de seguro e culturas beneficiárias, que vigoraram nos exercícios de 2007 e 2008, enquanto que o quadro 2 engloba as mudanças aprovadas pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR para o exercício de 2009. Já o quadro 3 evidencia os limites financeiros por beneficiário. Os dados apresentados nesses quadros constam do Plano Trienal do Seguro Rural - PTSR 2007/2009, divulgado pelo Decreto nº 6.002/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.709/2008.

Quadro 1 – Exercícios de 2007 e 2008

Modalidade de Seguro	Cultura	Percentagem de Subvenção
Agrícola	Feijão, milho segunda safra e trigo.	60
	Algodão, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, maçã, milho, soja, sorgo, triticale e uva.	50
	Abacaxi, alface, alho, ameixa, amendoim, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, caqui, cebola, cenoura, couve-flor, figo, girassol, goiaba, kiwi, laranja, limão e demais cítricos, morango, nectarina, pepino, pêra, pêssego, pimentão, repolho, tomate e vagem.	40
Pecuário		30
Florestal		30
Aquícola		30

Quadro 2 – Exercício de 2009

Modalidade de Seguro	Cultura	Percentual de Subvenção
Agrícola	Feijão, milho segunda safra e trigo.	70
	Ameixa, aveia, canola, caqui, cevada, centeio, figo, kiwi, linho, maçã, nectarina, pêra, pêssego, sorgo, triticale e uva.	60
	Algodão, arroz, milho e soja.	50
	Abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, alho, amendoim, atemóia, banana, batata, berinjela, beterraba, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cherimóia, chuchu, couve-flor, ervilha, escarola (chicória), fava, girassol, goiaba, graviola, jiló, laranja, lichia, lima, limão e demais citrus, mamão, mamona, mandioca, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pepino, pimenta, pimentão, pinha, quiabo, repolho, sisal, tangerina, tomate, vagem, demais hortaliças e legumes.	40
Pecuário		30
Florestal		30
Aquícola		30

Quadro 3

Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009
<p>O valor máximo da subvenção na modalidade agrícola, por beneficiário e por ano civil é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para cada um dos grupos de culturas abaixo relacionados:</p> <p>a) aveia, canola, cevada, centeio, milho segunda safra, sorgo, trigo e triticales;</p> <p>b) abacaxi, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, batata, berinjela, beterraba, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, couve-flor, feijão, girassol, milho, morango, pepino, pimentão, repolho, soja, tomate e vagem;</p> <p>c) ameixa, café, caqui, figo, goiaba, kiwi, laranja, limão e demais cítricos, maçã, nectarina, pêra, pêssego e uva.</p> <p>O produtor rural poderá receber subvenção para mais de uma cultura dentro do mesmo grupo, desde que o somatório do benefício nessa alínea não ultrapasse o limite de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).</p> <p>O produtor rural poderá receber, cumulativamente, o limite de R\$ 32 mil estabelecido para cada grupo.</p> <p>O valor máximo da subvenção nas modalidades pecuário, de florestas e aquícola, por beneficiário e por ano civil, é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para cada uma dessas modalidades.</p> <p>Com isso, o valor máximo de subvenção que o produtor poderá receber, no mesmo ano civil, é de R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais), na hipótese de serem conduzidos por ele empreendimentos que se enquadrem em cada um dos grupos de culturas da modalidade agrícola e nas modalidades pecuário, de florestas e aquícola.</p>	<p>O valor máximo da subvenção na modalidade agrícola, por beneficiário e por ano civil é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para cada um dos grupos de culturas abaixo relacionados:</p> <p>a) aveia, canola, cevada, centeio, milho segunda safra, sorgo, trigo e triticales;</p> <p>b) abacaxi, alface, algodão, alho, amendoim, arroz, batata, berinjela, beterraba, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, couve-flor, feijão, girassol, milho, morango, pepino, pimentão, repolho, soja, tomate e vagem;</p> <p>c) ameixa, café, caqui, figo, goiaba, kiwi, laranja, limão e demais cítricos, maçã, nectarina, pêra, pêssego e uva.</p> <p>O produtor rural poderá receber subvenção para mais de uma cultura dentro do mesmo grupo, desde que o somatório do benefício nessa alínea não ultrapasse o limite de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).</p> <p>O produtor rural poderá receber, cumulativamente, o limite de R\$ 32 mil estabelecido para cada grupo.</p> <p>O valor máximo da subvenção nas modalidades pecuário, de florestas e aquícola, por beneficiário e por ano civil, é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para cada uma dessas modalidades.</p> <p>Com isso, o valor máximo de subvenção que o produtor poderá receber, no mesmo ano civil, é de R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais), na hipótese de serem conduzidos por ele empreendimentos que se enquadrem em cada um dos grupos de culturas da modalidade agrícola e nas modalidades pecuário, de florestas e aquícola.</p>	<p>O valor máximo da subvenção na modalidade agrícola, por beneficiário e por ano civil é de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).</p> <p>O valor máximo da subvenção nas modalidades pecuário, de florestas e aquícola, por beneficiário e por ano civil, é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para cada uma dessas modalidades.</p> <p>Com isso, o valor máximo de subvenção que o produtor poderá receber, no mesmo ano civil, é de R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais), na hipótese de serem conduzidos por ele empreendimentos que se enquadrem nas modalidades agrícola, pecuário, de florestas e aquícola.</p>

Resultados

As ações para o aprimoramento do PSR tiveram continuidade ao longo de 2008, envolvendo Órgãos Federais, representações de produtores rurais e as empresas que compõem o mercado securitário. Foram aprovadas alterações no Programa de Subvenção, com vigência a partir de janeiro de 2009, elevando de 45 para 76 o número de culturas beneficiárias da subvenção, além

de também elevar os percentuais de subvenção de algumas culturas e o limite financeiro na modalidade agrícola. Duas novas seguradoras foram habilitadas, elevando para oito o número de empresas aptas a operar no Programa de Subvenção. Ademais, os entendimentos iniciados com algumas Unidades da Federação com vistas à implantação de programas estaduais de subvenção começaram a produzir resultados, sendo que o do Estado de Minas Gerais já começou a ser operacionalizado em 2008, enquanto que os Estados da Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraná estão trabalhando seus projetos de programa de subvenção para encaminhamento às respectivas Assembléias Legislativas. Por fim, em conjunto com o Ministério da Fazenda, foi elaborado anteprojeto de lei visando instituir um Fundo de Catástrofe para oferecer garantia suplementar às seguradoras e resseguradoras, a ser utilizada quando da ocorrência de eventos climáticos considerados catastróficos. Este projeto de lei já foi encaminhado ao Congresso Nacional, onde recebeu o número PLP 374/2008, encontrando-se em análise na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

Em 2008, foram disponibilizados R\$ 159,4 milhões de recursos para esta Ação, 60% a mais que o valor alocado em 2007. Desse montante, foram utilizados 157,5 milhões com o pagamento da subvenção (98,8% do total disponível), proporcionando o atendimento a 43.642 produtores rurais na contratação de 60.120 apólices de seguro, dando cobertura para 4,8 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 7,2 bilhões. O resultado da Ação em 2008 representou, em relação a 2007, um aumento de 158% no valor da subvenção concedida, 109% na área segurada e 166% na importância segurada.

Embora não tenha sido estabelecida meta física para esta Ação, já que por suas peculiaridades não existe um produto e nem uma unidade de medida, os quadros a seguir permitem demonstrar melhor a execução orçamentária e os principais resultados obtidos.

Comparativo 2007/2008

Seguradoras	Nº Operações			Subvenção R\$		
	2007	2008	Cresc.	2007	2008	Cresc.
Allianz	911	1.126	24%	1.045.486	2.421.778	132%
Aliança do Brasil	17.419	36.702	111%	31.540.079	99.728.359	216%
Mapfre	5.815	8.586	48%	7.927.846	13.080.290	65%
Nobre	4.844	8.248	70%	13.733.199	23.794.991	73%
Porto Seguro	62	242	290%	130.857	532.963	307%
SBR	2.586	5.207	101%	6.584.525	17.731.169	169%
Itaú XL	-	9	-	-	255.405,88	-
Total	31.637	60.120	90%	60.961.992	157.544.955	158%

ANO	Nº de Produtores Unidade	Área Segurada Hectares	Prêmio Total R\$	Importância Segurada R\$
2007	27.846	2.276.245	127.741.170	2.706.036.105
2008	43.642	4.762.903	324.744.319	7.209.176.952
Crescimento	57%	109%	154%	166%

Subvenção paga por produto

PRODUTOS	NÚMERO DE OPERAÇÕES	IMPORTÂNCIA SEGURADA (R\$)	ÁREA SEGURADA (ha)	PRÊMIO ARRECADADO (R\$)	VALOR SUBVENCIONADO (R\$)
Total	60.120	7.209.176.951	4.762.902	324.744.318	157.544.955
Soja	28.555	3.125.447.800	2.929.170	142.218.646	70.130.104
Milho	9.894	1.192.349.467	781.671	56.762.252	28.059.164
Arroz	4.158	550.596.677	300.414	12.752.170	6.263.859
Uva	5.360	495.187.812	21.137	15.290.633	7.531.157
Cana de açúcar	1.779	359.950.444	205.247	3.499.856	1.358.633
Maçã	1.746	346.953.023	22.581	30.304.519	14.430.512
Florestas	200	229.516.602	121.234	4.583.513	949.930
Trigo	2.252	229.351.880	203.623	18.458.390	10.943.691
Tomate	1.068	153.468.703	12.601	8.227.593	3.238.983
Cebola	1.498	107.564.673	8.280	4.845.999	1.905.400
Algodão	261	95.085.782	32.303	5.294.373	2.636.505
Laranja	293	63.506.978	11.718	3.671.475	1.454.073
Milho Safrinha	921	49.250.931	67.665	5.929.670	3.510.471
Pecuária	182	47.684.090	0	1.453.065	411.237
Caqui	395	30.633.545	1.831	3.697.318	1.469.834
Café	133	29.417.709	7.704	374.334	146.646
Pêssego	535	28.759.774	1.758	2.230.930	881.225
Feijão	144	24.752.933	29.052	946.045	564.098
Ameixa	350	20.317.895	1.095	2.252.932	884.876
Alho	47	6.522.886	350	338.041	134.184
Figo	24	3.279.319	131	289.673	115.325
Tangerina	33	2.994.099	415	176.286	69.722
Batata	6	2.605.250	199	102.011	40.709
Goiaba	60	2.505.307	89	229.768	90.506
Pimentão	62	2.309.183	130	145.009	56.804
Pêra	22	2.008.127	97	203.337	77.875
Nectarina	52	1.678.008	86	197.887	78.003
Cevada	15	1.600.946	1.070	58.429	28.764
Morango	12	794.420	16	48.025	19.066
Kiwi	14	674.426	42	42.721	15.979
Girassol	4	663.600	460	27.022	10.777
Limão	10	615.618	212	41.205	16.242
Amendoim	4	382.810	318	18.767	7.411
Outros	31	746.235	204	32.425	13.190

Subvenção paga por Estado

ESTADOS	NÚMERO DE OPERAÇÕES	IMPORTÂNCIA SEGURADA (R\$)	ÁREA SEGURADA (ha)	PRÊMIO ARRECADADO (R\$)	VALOR SUBVENCIONADO (R\$)
Total	60.120	7.209.176.951	4.762.902	324.744.318	157.544.955
Paraná	21.834	1.731.811.801	1.526.279	87.740.861	44.790.637
Rio Grande do Sul	10.481	1.403.715.906	612.623	53.451.113	25.958.258
São Paulo	8.275	961.851.290	458.684	41.719.750	18.797.475
Goiás	4.954	821.789.492	649.779	30.077.817	14.860.357
Minas Gerais	4.111	736.686.917	456.796	31.873.856	15.300.782
Santa Catarina	5.647	516.160.543	156.463	33.767.824	15.844.233
Mato Grosso	1.636	427.177.511	379.232	13.432.142	6.623.057
Mato Grosso do Sul	2.155	355.712.552	332.287	18.337.243	8.935.455
Bahia	510	141.859.283	108.799	8.768.798	4.327.025
Roraima	9	29.999.997	25.107	1.756.790	255.406
Tocantins	139	27.038.679	21.005	1.337.827	657.863
Maranhão	89	17.910.101	14.915	1.116.924	555.792
Distrito Federal	135	16.465.672	12.869	533.088	263.591
Espírito Santo	95	9.723.432	468	247.762	97.351
Piauí	42	7.482.824	5.932	517.755	257.618
Rio de Janeiro	4	2.612.500	991	52.160	15.576
Pernambuco	1	668.451	673	7.747	3.075
Rondônia	2	450.000	0	1.993	562
Acre	1	60.000	0	2.868	842

Metas e Resultados da ação no exercício

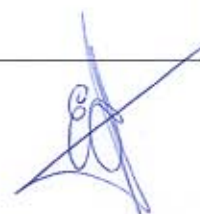
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	159.417.492,64	157.544.955,00	98,8%
Física	Não há		

* Valor inscrito em restos a pagar em 31/12/2008: R\$ 10.826.364,17.

2.3.2.1.3 Ação 20.122.0365.2157 – Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Decidir, em instância administrativa única, sobre pedidos de indenização de produtores rurais relativos a sinistros em empreendimentos enquadrados no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO e proceder ao seu monitoramento.
Descrição	Recebimento dos recursos encaminhados pelos agentes do PROAGRO, autuação na Comissão Especial de Recursos - CER, análise dos pedidos de cobertura, inclusão em pauta das Turmas de julgamento, publicação da decisão no DOU, complementação dos autos e devolução aos Agentes para cumprimento das decisões proferidas. Recebimento e análise de dados das operações de crédito de custeio e de comunicação de perdas dos empreendimentos enquadrados no PROAGRO. Recebimento e análise de dados agroclimatológicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Política Agrícola
Coordenador nacional da ação	Gustavo Bracale
Unidades executoras	Secretaria de Política Agrícola
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Comissão Especial de Recursos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica



Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação

Proposta da SPA	R\$ 800.000,00
LOA	R\$ 800.000,00
Limite SIOR	R\$ 217.491,81
Descentralizado para SPA	R\$ 212.308,06

Resultados

Essa ação tem como objetivo dar suporte à Comissão Especial de Recursos - CER para decidir, em instância administrativa única, sobre os pedidos de cobertura apresentados pelos produtores rurais e indeferidos pelos agentes financeiros, em operações do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, que é administrado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

No exercício de 2008 foram autuados 7.093 recursos, sendo que 6.781 foram julgados, representando um nível de realização de 95,6% e superando em 29,2% a meta física prevista de 5.250 recursos julgados, propiciando aos correspondentes mutuários a quitação de seus créditos de custeio agrícola. Cabe ressaltar, no entanto, que a equipe tem trabalhado no limite de sua capacidade de análise e julgamento, dada a estrutura atual de servidores da CER.

Ainda assim, concorreram para o julgamento tempestivo dos recursos impetrados em 2008, o apoio técnico e administrativo do Mapa, representado por 10 servidores, os esforços da equipe de analistas de processos, atualmente 5 servidores, além dos membros do colegiado da Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO, não havendo atrasos significativos no julgamento de recursos de operações referentes a safras anteriores.

O monitoramento agroclimático, que garante suporte às análises da CER e ao zoneamento agrícola de risco climático, teve continuidade em 2008, com a execução do Plano de Trabalho para manutenção e desenvolvimento do Sistema de Monitoramento Agrometeorológico - Agritempo, firmado entre o Mapa e a EMBRAPA Informática Agropecuária - CNPTIA, processo nº 21000009075/2006-20, com destaque orçamentário para aquele Centro no valor de **R\$ 178.428,00**. Deste montante, foi utilizado **R\$ 177.491,81**, a diferença foi restituída para a Ação e consequentemente foi anulada.

O mencionado Plano de Trabalho decorre do Termo de Cooperação Técnica, firmado entre o Mapa, o INMET e a EMBRAPA, com o objetivo de efetuar o acompanhamento sistemático do efeito clima nas culturas agrícolas, permitindo acesso ágil e eficaz, em escala nacional, regional, estadual e municipal, dos parâmetros climáticos que influenciam o desenvolvimento e a produtividade das lavouras, tais como: precipitação pluviométrica, temperatura, déficit hídrico, ocorrências de geadas e granizos, disponibilidade de água no solo, evapo-transpiração real e potencial, estiagem agrícola e veranicos.

O monitoramento das operações de crédito de custeio com enquadramento no PROAGRO aguarda o desenvolvimento pela Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação - CGTI/Mapa de aplicativo informatizado para este fim. O desenvolvimento do sistema consta no Plano



de Desenvolvimento Estratégico daquela coordenação como prioridade da Secretaria de Política Agrícola. Foi elaborado o Termo de Abertura de Projeto juntamente com a Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização da Gestão - CGPLAN, responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento de novos sistemas.

Foi programado no SIOR o valor de **R\$ 20.000,00** para atender as despesas junto à Imprensa Nacional referente às publicações de matérias da CER e do Zoneamento Agrícola no Diário Oficial da União, destes foram gastos **R\$ 14.816,25**.

A partir de julho de 2008, por determinação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, esta despesa passou a ser paga pela Coordenação-Geral de Execução Financeira (CGEF/SPOA). Foi descentralizado à CGEF o valor de **R\$ 20.000,00** para pagamento dessas despesas.

Metas e Resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	217.491,81	212.308,06	97,6%
Física	5.250	6.781	129,2%



2.4 Desempenho Operacional

A SPA desenvolve atividades de apoio à comercialização, cujas operações são realizadas pela Conab, e atividades de programação de recursos de crédito rural para custeio e investimento no agronegócio.

Abaixo estão descritos os principais resultados alcançados pelas políticas orientadas por esta Secretaria.

2.4.1 Apoio à Comercialização e ao Abastecimento Agrícolas

O orçamento das Operações Oficiais de Crédito – OOC, para aquisições, despesas e equalização de preços agrícolas para o ano de 2008 foi de R\$ 3,9 bilhões. Desse total, R\$ 2,6 bilhões estavam destinados para Aquisição do Governo Federal (AGF), inclusive oferta de contratos de opção e R\$ 1,3 bilhão para equalização de preços agrícolas. A receita com a venda dos estoques públicos atingiu R\$ 803,0 milhões.

APOIO A COMERCIALIZAÇÃO

ANO	PRODUTO	Aquisição (AGF)		OPÇÃO PÚBLICA		PEP		PROP		PEPRO		Total Geral Apoio	
		R\$ Milhões	t. mil	R\$ Milhões	t. mil	R\$ Milhões	t. mil	R\$ Milhões	t. mil	R\$ Milhões	t. mil	R\$ Milhões	t. mil
2008	Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	549,2	1.023,6	549,2	1.023,6
	Milho	36,4	149,5	384,1	1.590,5	25,4	590,7	42,0	634,3	-	-	487,9	2.965,0
	Sisal	7,4	7,5	-	-	-	-	-	-	-	-	7,4	7,5
	Trigo	116,3	236,1	591,3	1.103,2	53,7	309,0	-	-	-	-	761,3	1.648,3
	Vinho Vinífera	-	-	-	-	19,3	26,7	-	-	-	-	19,3	26,7
	TOTAL	160,1	393,1	975,4	2.693,7	98,4	926,4	42,0	634,3	549,2	1.023,6	1.825,1	5.671,1

Fonte: CONAB.

Elaboração: SPA/DEA/GRO/CSAC.

Emissão: 23/1/2009

23/1/2009

Os mecanismos de aquisição de produtos e de equalização de preços totalizaram, em 2008, a comercialização de 5,67 milhões de toneladas de grãos e fibras (algodão, milho, sisal, trigo e vinho vinífera), num total de R\$ 1,8 bilhão de recursos aplicados.

Instrumentos de apoio à comercialização

- Aquisição do Governo Federal (AGF)

Instrumento de aquisição de produto agrícola pelo Preço Mínimo de Garantia do Governo Federal. Para se beneficiar deste instrumento, o produtor deverá depositar a quantidade de produto que deseja vender ao Governo Federal em um armazém credenciado pela Conab. O produto deve estar limpo, seco e classificado. A operação é feita por intermédio da própria Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em 2008 foram adquiridas 393,1 mil toneladas de produtos agrícolas, sendo 149,5 mil t de milho; 7,5 mil t de sisal; e 236,1 mil t de trigo.

Tais operações demandaram R\$ 160,1 milhões aplicados na compra de milho (R\$ 36,4 milhões), sisal (R\$ 7,4 milhões) e trigo (R\$ 116,3 milhões).

- Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP)

Visa garantir ao produtor o Preço Mínimo, sem que o Governo tenha a necessidade de adquirir o produto por AGF. Além disso, com esse mecanismo, o Governo pode conduzir uma política de complemento do abastecimento para regiões com déficit nesta área e melhorar a distribuição espacial dos produtos agrícolas, sem a necessidade de comprá-los. Em 2008 foram escoados 926,4 mil toneladas com operações de PEP assim distribuídas: 590,7 mil toneladas de milho, 309,0 mil toneladas de trigo e 26,7 mil toneladas de vinho vinífera. O Governo desembolsou nessas operações o total de R\$ 98,4 milhões sendo R\$ 25,4 milhões com milho, R\$ 53,7 milhões com trigo e R\$ 19,3 milhões com vinho vinífera.

- Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas

O instrumento visa sinalizar o preço futuro de mercado para os produtores, e representa uma garantia de preço. O Contrato de Opção Pública funciona como um seguro ao produtor contra a queda de preços e permite ao Governo indicar ao mercado a expectativa de preços do Governo, com o objetivo de estabilizar a renda do produtor e os preços ao consumidor. Em 2008 o Governo comprou por esse mecanismo 2,7 milhões de toneladas de produtos agrícolas, com um desembolso de R\$ 975,4 milhões.

- Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas (PROP)

Mecanismo idêntico ao Contrato de Opção de Venda do Governo. A diferença é o lançamento do prêmio por empresas privadas, interessadas em comprar o produto. O governo garante a operação dentro de determinados limites. Em 2008 foram comercializados, por meio do PROP 634,4 mil toneladas de milho, no total de R\$ 42,0 milhões.

- Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas (PEPRO)

O Mecanismo oferece ao produtor rural e/ou sua cooperativa a possibilidade de vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do prêmio equalizado arrematado em leilão. Em 2008 foram comercializadas 1.023,6 mil toneladas de algodão, com gastos, para o Governo, de R\$ 549,2 milhões.

- Valor de Escoamento de Produto (VEP)

O Valor de Escoamento de Produto (VEP) tem o mesmo objetivo do PEP no que se refere ao abastecimento, mas é executado com estoques do governo. Em 2008, foram comercializados, por meio de leilões de VEP 342,5 mil toneladas de milho, que movimentou R\$ 105,3 milhões.

- Linha Especial de Crédito de Comercialização

Instrumento de apoio à comercialização dos produtos amparados pela PGPM a critério dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda. Visa aumentar a liquidez na comercialização, em complemento ao tradicional EGF. A vantagem dessa linha de crédito é a maior flexibilidade operacional do financiamento a preços acima do Preço Mínimo de Garantia, que é base do EGF. Dessa forma, o tomador pode levantar um volume maior de recursos para compra e estocagem do produto.

- Venda do Estoque Público

É feita por meio de leilões operados pela Conab, para regular o abastecimento e o preço dos produtos agrícolas no mercado. Em 2008 foram vendidos estoques remanescentes de safras passadas. O MAPA, por intermédio da Conab, comercializou 1,3 bilhão de toneladas de produtos agrícolas, no valor de R\$ 695 milhões.

2.4.1.1 Instrumentos de reforço à Competitividade do Agronegócio (CDA-WA, LCA, CDCA e CRA)

Os novos instrumentos foram instituídos pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004. A seguir apresentamos o quadro evolutivo dos registros dos títulos.

Evolução do registro dos novos títulos do agronegócio

Ano	CDA-WA		CDCA		LCA		TOTAL	
	Número registros	Valor (R\$ Milhões)	Número registros	Valor (R\$ Milhões)	Número registros	Valor (R\$ Milhões)	Número registros	Valor (R\$ Milhões)
2005	22	-	25	28	148	168	195	196
2006	1.325	-	262	659	35	23	1.622	682
2007	1.814	-	657	2.423	682	3.559	3.153	5.982
2008*	2.176	-	932	1.847	7.600	35.808	10.708	37.655
GERAL	5.337	-	1.876	4.958	8.465	39.558	15.678	44.515

Fonte: BMFBovespa e Cetip - Posição até 31.12.08

(*) obs.: Cetip não disponibiliza valores.

2.4.2 Participação em Foros e Estudos Promovidos por Organismos Internacionais

Rede de Cooperação para a Análise das Políticas Agropecuárias nos Países do MERCOSUL, Bolívia e Chile - REDPA

O Conselho Agropecuário do Sul-CAS foi criado pelos Ministros da Agricultura dos Países do Mercosul, mais Chile e Bolívia, para possibilitar a ação conjunta dos Ministros desses países em suas áreas de atuação. Para facilitar essa integração, foi criada a - REDPA, compostas por representantes das áreas de economia agrícola dos países integrantes reunidos em vários grupos.

Em 2008, a SPA participou de 3 reuniões do CAS e 5 do REDPA. Os principais assuntos discutidos no fórum do CAS foram a alta dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, a alta dos preços dos insumos, principalmente fertilizantes. No fórum do REDPA, a SPA teve 5 participações durante 2008 e os principais assuntos discutidos foram discussão do projeto "fortalecimento do sistema de informações (projeto BRP – BID – CAS), as políticas de biocombustíveis para a região além da preparação para as reuniões do CAS.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE

O Brasil é membro observador da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, como tal, acompanha e participa dos debates acerca dos grandes temas de política agrícola. As reuniões promovidas pela Organização baseiam-se em documentos elaborados pelos representantes dos países participantes ou pelo Secretariado da OCDE e representam uma oportunidade para que as partes interessadas possam conhecer detalhadamente as políticas implementadas por países de expressão no cenário econômico internacional, bem como debatê-las. A divulgação dos relatórios periódicos e de documentos significa sua aprovação por parte da OCDE o que, sem dúvida, passa a influir na formação da opinião internacional e pode ainda se constituir em vantagens ou constrangimentos em outros espaços da participação brasileira como, por exemplo, nas negociações junto à OMC.

Em 2008, a SPA participou das reuniões ordinárias do Comitê de Agricultura e do Fórum Mundial sobre Agricultura. Foram examinadas as atividades realizadas pela OCDE e as propostas de trabalho para 2009, bem como a evolução da agricultura e das políticas agrícolas dos países emergentes, inclusive do Brasil. A delegação brasileira discorreu sobre a evolução do agronegócio do país, com destaque para o aprimoramento de sua política agrícola e o plano agrícola e pecuário 2008-2009.



Comitê Consultivo Internacional do Algodão

A participação do Brasil no ICAC se reveste de fundamental importância para as negociações comerciais privadas principalmente no que tange a difusão e divulgação da qualidade do algodão brasileiro entre os principais importadores. Dois resultados são notáveis nesta participação: (1) de 2º maior importador mundial em há apenas 10 anos, o Brasil em 2008 exportou mais de 500 mil t. de algodão em pluma, ou mais de US\$ 700 milhões e (2) o algodão brasileiro que antes era cotado com deságio sobre os preços de Nova York, hoje tem ágio expressivo nas cotações.

2.4.3 Acompanhamento da Aplicação de Recursos do Crédito Rural

A SPA mantém um intercâmbio sistemático de informações com representantes das principais instituições financeiras que participam do Sistema Nacional de Crédito Rural, e de órgãos públicos envolvidos com o tema, a fim de possibilitar o acompanhamento periódico das aplicações de crédito no setor agroindustrial. Para alcançar esse objetivo, realiza reuniões mensais com as instituições, colhendo dados sobre a aplicação dos recursos nas modalidades de custeio, comercialização e investimento, que são reunidos, consolidados, analisados e divulgados. Esta ação envolve os técnicos da CGAEC/DEAGRI.

Síntese do Plano Agrícola e Pecuário – 2008/2009

O Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 prevê a aplicação de R\$ 78 bilhões no crédito rural. Para a agricultura empresarial está programada a aplicação de R\$ 65 bilhões, (Tabela 1), valor 12% superior ao programado para a safra anterior. Para a agricultura familiar serão alocados R\$ 13 bilhões.



Tabela 1

PROGRAMAÇÃO DE RECURSOS PARA AGRICULTURA EMPRESARIAL
SAFRAS 2007/2008 e 2008/2009

(em R\$ milhões)

Fonte de recursos ou programas	Programação		Var.(%) 2007-2008/2008-2009
	2007-2008 jul/07 a jun/08	2008-2009 jul/08 a jun/09	
1.Custeio e Comercialização	49.100,0	54.800,0	11,6
1.1 a Juros controlados	37.850,0	45.053,0	19,0
Exigibilidades (8,75% a.a.)	11.000,0	11.000,0	0,0
Poupança rural (8,75% a.a.) ⁽¹⁾	3.900,0	3.900,0	0,0
FUNCAFE (9,5% a. a.)	800,0	800,0	0,0
Proger rural (7,25% a.a.) ⁽²⁾	700,0	700,0	0,0
1.2 a Juros livres	11.250,0	9.747,0	-13,4
2. Investimento	8.900,0	10.200,0	14,6
2.1 Programas do BNDES	6.100,0	6.500,0	6,6
2.2 Demais linhas/programas	2.800,0	3.700,0	32,1
Fundos Constit.(6% a 10,75% a. a.)	1.000,0	2.000,0	100,0
Finame Agric. Esp. (13,95% a. a.) ⁽³⁾	500,0	500,0	0,0
Proger (BB) ⁽²⁾	250,0	100,0	-60,0
3. AGRICULTURA EMPRESARIAL (1+2)	58.000,0	65.000,0	12,1

Fonte: RECOR/BACEN, BNDES, BB, BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI.

Elaboração: MAPA/SPA/DEAGRI

Data: 21.01.2009

Crédito de custeio e comercialização

A oferta de recursos com taxas controladas foi ampliada em 19,9% na safra 2008/2009, passando para R\$ 45,4 bilhões. Foi mantida a taxa de juros controlados para a agropecuária em 6,75% ao ano para a maioria das linhas de crédito para a agricultura empresarial. O montante destinado ao custeio e comercialização da safra 2008/2009 foi de R\$ 55 bilhões.

Crédito de investimento

Está programada a aplicação de R\$ 10,0 bilhões nos programas de investimento com recursos do BNDES, Fundos Constitucionais e outras fontes (Tabela 2), aos mesmos encargos financeiros da safra passada.

As principais alterações introduzidas pelo Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 para os programas de investimento foram: a criação do Programa de Estímulo à Agropecuária Sustentável (**Produsa**), com o objetivo de estimular a recuperação de áreas degradadas, reinserindo-as no processo produtivo, além de estimular a adoção de sistemas sustentáveis, em consonância com a legislação ambiental (incorporou os programas Propasto, Prossolo, Sisvarzea, Prolapex e os itens do Moderagro relacionados à conservação ou recuperação de solos e pastagens); no **Moderfrota**, a eliminação da taxa flat de 4%; no **Moderagro**, o aumento de 25% no limite de crédito (que passou de R\$ 200 mil para 250 mil, por beneficiário), a inclusão dos setores de horticultura e a possibilidade de



financiar alguns itens relacionados a atividade de pesca, fruticultura e apicultura; no **Propflora**, o aumento de 33% no limite de crédito, que passou de R\$ 150 mil para 200 mil, por beneficiário, com a possibilidade de financiamento de viveiros e mudas e de implantação e manutenção de florestas de dendezeiro para a produção de biocombustível; no **Proger Rural**, a ampliação para R\$250 mil do valor do limite de renda e o aumento do limite para R\$ 150 mil, e o destaque de R\$ 500 milhões do Moderfrota para produtores do Proger Rural, com encargos de 7,5% ao ano.

Desempenho do crédito rural

No período julho-dezembro/08 foram aplicados no setor rural R\$ 39,9 bilhões, o que representou acréscimo de 9,8% em relação ao mesmo período da safra anterior. Desse total, a Agricultura Empresarial recebeu R\$ 34,2 bilhões (Tabela 2) e a Agricultura Familiar, R\$ 5,7 bilhões.

Tabela 2

**APLICAÇÃO DE RECURSOS NA AGRICULTURA EMPRESARIAL
SAFRAS 2007/2008 e 2008/2009**

Fonte de recursos ou programas	Aplicação		Var.(%) 2007-2008/2008-2009 (d)/(b)
	2007-2008 jul a dez/07 (b)	2008-2009 jul a dez/08 (d)	
1.Custeio e Comercialização	27.778,4	28.923,1	4,1
1.1 a Juros controlados	22.606,9	24.141,9	6,8
1.2 a Juros livres	5.171,6	4.781,1	-7,5
2. Investimento	3.543,6	5.309,0	49,8
2.1 Programas do BNDES	1.702,9	2.045,4	20,1
2.2 Demais linhas/programas	1.840,7	3.263,5	77,3
3. AGRICULTURA EMPRESARIAL (1+2)	31.322,0	34.232,0	9,3

Fonte: RECOR/BACEN, BNDES, BB, BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI.

Elaboração: MAPA/SPA/DEAGRI

Data: 21.01.2009

Embora observado o aumento de 9,3% no volume de recursos aplicados, a agricultura empresarial contou, no período, com um percentual de desembolso (aplicação/programação) de 52,7%, inferior ao nível observado na safra passada, de 54,0%.

A aplicação total de recursos em custeio e comercialização foi de R\$ 28,9 bilhões. A redução de recursos provenientes da Exigibilidade dos depósitos à vista (MCR 6-2), de 16,6%, foi mais que compensada pelo aumento de recursos da poupança rural, com taxas de juros equalizadas pelo Tesouro. Essas duas fontes totalizaram aplicações de R\$ 24,1 bilhões, com acréscimo de 6,8% com relação à safra passada.

Os investimentos aumentaram de forma significativa e totalizaram no período julho-dezembro/08, R\$ 5,3 bilhões. Os programas de investimento com recursos repassados pelo BNDES totalizaram, no período, R\$ 2,0 bilhões, com aumento de 20,1%.

Destaque de aplicação é reservado aos Fundos Constitucionais que tiveram o orçamento da safra 2008/2009 elevado para R\$ 3,5 bilhões (40% de aumento) e apresentaram um desembolso relativo de 84,8% contra 61,8% observado no período passado. Esse bom desempenho reflete o esforço que o Governo vem desenvolvendo no sentido de disponibilizar mais recursos e destravar a operacionalização das atividades desses Fundos.

2.4.4 Evolução de gastos gerais

Além dos indicadores de desempenho, devem ser evidenciadas pela UJ, de acordo com a tabela abaixo, os principais gastos ocorridos, ao longo dos últimos 3 anos (despesas pagas), podendo ser adicionados comentários que expliquem o comportamento dos gastos gerais da Unidade.

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	406.305,46	201.178,71	273.579,56
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	218.123,36	129.180,30	145.643,20
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	7.654.068,05	8.161.796,22	7.008.518,55
3.1. Publicidade (a)	168.199,04	163.880,64	180.573,76
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-	-
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações (b)	7.485.869,01	7.997.915,58	6.827.944,79
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	872,10	1.804,84
TOTAIS	8.278.496,87	8.493.027,33	7.429.546,15

(a) No exercício de 2006, foram consideradas despesas com a Revista de Política Agrícola (R\$ 158.864,00) e com a Imprensa Nacional (R\$ 9.335,04). Em 2007, as respectivas despesas acusaram valores da ordem de R\$ 145.420,00 com a Revista de Política Agrícola e R\$ 18.460,64 com a Imprensa Nacional. Em 2008, o valor da despesa com a Revista de Política Agrícola foi de R\$ 165.059,00 e com a Imprensa Nacional foi de R\$ 15.514,76. Ressalta-se que a partir de julho/2008, as despesas referentes à Imprensa Nacional passaram a ser liquidadas pela Coordenação-Geral de Execução Financeira – CGEF, portanto, não foram consideradas na presente tabela, visto que a competência desta SPA limitou-se tão somente à descentralização dos recursos já programados para essa despesa.

- (b) Foram consideradas em 2006 Despesas realizadas com a Federal Serviços (R\$ 228.663,65), Agroconsult (R\$ 7.036.880,30) e Embrapa Campinas (R\$ 220.325,06). Em 2007, despesas com Federal Serviços (R\$ 236.420,00), Agroconsult (R\$ 7.659.471,78), CMA (R\$ 15.231,92), Embrapa Campinas (R\$ 86.791,88). Em 2008, despesas com Federal Serviços (R\$ 231.319,32), Agroconsult (R\$ 6.398.471,14), CMA (R\$ 20.698,52), Embrapa Campinas (R\$ 177.455,81).

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de crédito ou recursos

Não se aplica.

4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Ano de inscrição	PROCESSADOS	NAO PROCESSADOS			
		Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	Não se aplica	26.807.424,23	22.856.357,64	3.890.467,40	60.599,19
2006		9.213.145,40	4.912.404,05	4.300.741,35	0,00
2005		1.241.374,28	1.226.206,03	15.168,25	0,00

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício

Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data da assinatura, vigência, etc.)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)

Não se aplica.



6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica.

8. Renúncia Tributária

Não se aplica.

9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos da renúncia

Não se aplica.

10. Operação de fundos

Não se aplica.

A handwritten signature or mark in blue ink, consisting of a stylized 'X' or 'A' shape with a circle inside, located in the bottom right corner of the page.

11. Despesas com cartão de crédito

Tabela 1 - Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas.

	Fatura		Saques	
	<i>Quantidade</i>	<i>Valor</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor</i>
2006	0	0,00	0	0,00
2007	2 faturas - 24 itens	R\$ 872,10	0	0,00
2008	3 faturas - 47 itens	R\$ 1.804,84	0	0,00

Tabela 2 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: R\$ 5.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: Saques, outros estabelecimentos, serviços e artigos eletrônicos	
Limites concedidos a cada portador: R\$ 2.000,00	
Portador: Deusdedit Guimarães Rocha Filho	Limite: R\$ 2.000,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não se aplica.



13. Determinações e recomendações do TCU

- **Número do acórdão:** Acórdão nº 1709/2007 – Plenário – TCU, da Sessão Extraordinária Reservada que ocorreu no dia 22/08/2007 e consta da Ata nº 31/2007 - Plenário.

- **Descrição da determinação ou da recomendação:** O TCU determinou à Secretaria de Política Agrícola "informar, nas próximas contas, todas as providências adotadas com vistas à contratação de serviços técnicos especializados para a implantação e execução de monitoramento de safras agrícolas".

- **Setor responsável pela implementação:** Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário / Departamento de Gestão de Risco Rural.

- **Providências adotadas (ou justificativa para o caso de não cumprimento):**

Quanto à implantação e execução de monitoramento de safras agrícolas temos a informar:

a) Estamos aguardando o desenvolvimento de sistema informatizado para o monitoramento das operações de crédito de custeio e com enquadramento no PROAGRO pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/MAPA.

b) Para a execução do monitoramento agroclimático de safras, o Termo de Cooperação Técnica, firmado em 2006, entre o MAPA, o INMET e a EMBRAPA, foi renovado em 2007 e 2008, sendo que, para o presente exercício, ainda está em fase de ajustes.



14. Atos de administração, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

De acordo com a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, não houveram atos de administração, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício de 2008.

15. Dispensa de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não se aplica.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs.: - Quantidade: posição em 31/12
- Despesa: total incorrido no exercício

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Servidores Ativos do quadro em exercício na Unidade	41	372.706,27	43	1.936.186,80	43	2.212.591,28
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade	0	-	0	-	0	-
Total Pessoal Próprio	41	372.706,27	43	1.936.186,80	43	2.212.591,28

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	25	73.263,97	25	1.437.407,62	26	1.257.031,27

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	-	0	-	0	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza						
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	6	210.821,40	6	218.225,64	6	231.319,32
Pessoal Terceirizado Outras Atividades						
Estagiários	3	9.720,00	5	25.320,00	7	32.388,00
Total Terceirizado + Estagiário	9	220.541,40	11	243.545,64	13	263.707,32

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	1	65.316,04	1	79.971,10	1	97.403,98
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	14	1.848,04	15	87.338,75	16	811.529,11
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	15	67.164,08	16	167.309,85	17	908.933,09

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	0	0,00	0	0	0	0,00
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	1	13.074,78	1	33.603,05	1	34.535,12
Total Pessoal Cedido pela Unidade	1	13.074,78	1	33.603,05	1	34.535,12

Descrição	2008	
	Qtde.	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	4	451.144,44
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	96	4.225.653,68
Total Geral	100	4.676.798,12

Fonte: Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não se aplica.

18. Conteúdos específicos por UJ ou por grupo de unidades afins

Não se aplica.



Edilson Guimarães
Secretário de Política Agrícola

Brasília, 15 de abril de 2009.

ANEXOS

Informações Contábeis

Exercício de referência: 2008



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade



DECLARAÇÃO PLENA

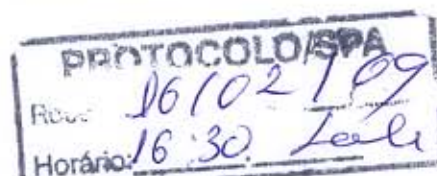
Código da Unidade Gestora:	420012
Nome da Unidade Gestora:	SECRETARIA DE POLITICA AGRICOLA – SPA/MAPA
CNPJ:	00.396.895/006832

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas do Exercício de 2008.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2008.


Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



Declaração da unidade de pessoal

Exercício de referência: 2008



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

00 396 895/0012-88

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Coordenação Geral de Recursos Humanos
Esplanada dos Ministérios Bloco "D"
Anexo - 1º Andar Ala "A"
CEP 70.043-900 - BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ Deusdedit Guimarães Rocha Filho;
- ✓ Edilson Guimarães;
- ✓ Eustáquio Mesquita de Sant'ana;
- ✓ Francisco José Mitidieri;
- ✓ Getúlio Ubyrajara Leite;
- ✓ Gustavo Bracale;
- ✓ Iara Vivieiros Lima;
- ✓ Ivone Severina de Melo Pereira do Nascimento;
- ✓ José Calazans dos Santos;
- ✓ José Maria dos Anjos;
- ✓ Kelliane da Consolação Fuscaldi;
- ✓ Manoel Rodrigues dos Santos Júnior;
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araujo;
- ✓ Sávio Rafael Pereira.

Brasília, 30 de janeiro de 2009.

Fernanda S. de Godoy Corradi
Fernanda Santamaria de Godoy Corradi
Coordenadora de Administração de Pessoal



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

00396 895/0012-88

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Coordenação Geral de Recursos Humanos

Esplanada dos Ministérios Bloco "D"

Anexo - 1º Andar Ala "A"

CEP 70.043-900 - BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ José Calazans dos Santos;
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araujo;
- ✓ Ivone Severina de M. Pereira do Nascimento.

Brasília, 23 de janeiro de 2009.

NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos

CONFERE COM ORIGINAL
Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC 0065247-1/GO
07/01/2009/SPQ/SE/MA